

Switzerland - How Diversity Becomes the Source for Innovation, Business and Wealth

by *Martin von Walterskirchen*

In his *Xenophobe's Guide to the Swiss*, Paul Bilton writes: "Land-locked, a home market smaller than London, speaking four different languages, no natural resources - other than hydroelectric power, a little salt and even less fish - no secured markets for its products through either colonies or being part of a trading block, Switzerland should have come to earth with a bump long ago. Instead of which, the Swiss are the only nation to make the Germans appear inefficient, the French undiplomatic and Texans poor." So what, one may ask, is the secret to such success?

My answer is surprisingly simple: Switzerland is a country formed, to a large extent, by immigrants.

Let us take the example of something everybody would agree is typically Swiss: the watch industry. The first Swiss watches were made in Geneva in the second half of the 16th century. The Geneva watchmakers were French Protestants, called Huguenots. Having fled from the French king, who suppressed and even killed them for religious purposes, they took asylum in the city republic shaped by reformer John Calvin. The Huguenots also brought other businesses to Switzerland, including banking (Geneva, Basel) and the textile industry.

Foreigners played a key role in the success of Swiss industry and research. Charles E. Brown, the son of an English immigrant, and Walter Boveri, a German machine builder, are the founders of Brown Boveri & Company, an industry giant that merged with Asea, a Swedish company, some 15 years ago. Alexander Clavel, who immigrated from Lyon, France, as a dipper, is the founder of CIBA, a famous chemical and pharmaceutical company. Heinrich Nestlé, scion of a well-known Frankfurt family, settled in Vevey in 1833. He changed his name to Henri Nestlé and became the founder of Switzerland's Nestlé company. Along the same lines, Swiss watch industry mogul Nicolas Hayek, inventor of the Swatch, was born in Lebanon, the son of an American father and a Lebanese mother.

Not all foreigners who settled in Switzerland are that famous. Together, we form a dynamic, multicultural society of people (20% of whom are foreigners) who are, according to the preamble of the Swiss Constitution, "determined to live together with mutual consideration and respect for their diversity." ■

Validade, no Brasil, de documentos procedentes do exterior

Um documento produzido no exterior, para ter validade no Brasil contra terceiros e perante as repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, bem como em qualquer instância, juízo ou tribunal, precisa estar de acordo com uma série de exigências legais.

por *Virginia Randmer*

“Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza, que for exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União, dos Estados ou dos Municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscaliza-das ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade desse regulamento.” (Artigo 18 do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943).

Os documentos vindos do exterior devem ter suas assinaturas reconhecidas de acordo com as leis locais. Em muitos países esse reconhecimento é feito por notário público. Nos países onde não existe notário público, o reconhecimento é feito por outras entidades, de acordo com suas leis internas.

A assinatura do notário público ou outra entidade autorizada, nos casos dos países onde não existe a figura do notário, deve ser reconhecida pela representação consular brasileira mais próxima, para produzir efeitos legais no Brasil.

Esse procedimento é conhecido como notarização e consularização, ou legalização do documento produzido no exterior, com a finalidade de fazer com que o mesmo tenha validade no Brasil.

O documento oriundo do exterior, redigido em idioma estrangeiro, deve ser traduzido para o vernáculo, de acordo com o Código Civil em seu artigo 224. Conforme o artigo 157 do Código de Processo Civil, a tradução para o português deverá ser realizada por tradutor juramentado.

De acordo com a Lei nº 6.015 (Lei de Registros Públicos) artigos 129 parágrafo 6 e 148, os documentos escritos em língua estrangeira deverão ser sempre traduzidos e, acompanhados das respectivas traduções, registrados no Registro de Títulos e Documentos para surtir efeitos em relação a terceiros e para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal.

Após o reconhecimento das assinaturas, terá mencionado no próprio termo de reconhecimento ou junto a ele, que o documento, para produzir efeito no Brasil e para valer contra terceiro, deverá ser vertido em vernáculo e registrada a tradução.

Recomenda-se que qualquer documento oriundo do exterior, acompanhado de tradução juramentada, tenha a firma do tradutor reconhecida.

No caso de documento produzido no exterior, mas redigido em português, será necessária a notarização e a consularização das assinaturas lançadas no mesmo, bem como seu registro, acompanhado da tradução juramentada da legalização, em Cartório de Títulos e Documentos.

Conforme o Código de Processo Civil, em seu artigo 157, Súmula 259 do Supremo Tribunal





Federal, “Para produzir efeito em juízo não é necessária a inscrição, no registro público, de documentos de procedência estrangeira, autenticados por via con-sular”.

No entanto, recomenda-se que qualquer documento oriundo do exterior, acompanhado de tradução juramentada, tenha a firma do tradutor reconhecida, e seja registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Resumindo, para que um documento produzido no exterior, em língua estrangeira, tenha validade no Brasil, deve estar legalizado em seu país de origem, ou seja, notariado, consularizado; traduzido para o português, por Tradutor Público, com sua firma reconhecida; e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Cabe ressaltar que o documento de procedência estrangeira, mesmo não atendendo às exigências citadas, é válido no Brasil perante as partes que o celebraram. No entanto, para produzir efeitos contra terceiros e perante os entes públicos é imprescindível o atendimento às exigências acima elencadas. ■

expatriates

Effectiveness, in Brazil, of documents produced abroad

A document produced abroad, to be effective in Brazil against third parties and before the departments of the Federal Union, Brazilian States, the Federal District, Territories and Municipalities, as well as in any stage of jurisdiction, before any court or tribunal, must meet several legal requirements.

by **Virginia Randmer**

“Any book, document or paper of any nature, issued in a foreign language, to produce effect before the departments of the Brazilian Federal Union, States or Municipalities, in any stage of jurisdiction, before any Court or Tribunal or entities maintained, inspected or directed by the respective governments, must be accompanied by the respective translation, in accordance with this regulation.” (Article 18 of Decree No. 13,609, of October 21, 1943).

The signatures apposed on documents from abroad must be certified in accordance with the local laws. In many countries, such certification is made by a public notary. In the countries where there is not a public notary, the certification is made by other entities, in accordance with their domestic laws.

The signature of the public notary, or of another authorized entity in the countries that do not rely on the institution of the notary, must be acknowledged by

the closest Brazilian Consular representative office, in order to produce legal effect in Brazil.

Such procedure is known as notary and consulate certifications, or legalization of the document produced abroad, and is intended to render it effective in Brazil.

Any document from abroad written in a foreign language must be translated into the vernacular, pursuant to article 224 of the Código Civil (Civil Code). Pursuant to article 157 of the Código de Processo Civil (Code of Civil Procedure), the translation into Portuguese must be made by an official translator.

Pursuant to articles 129, paragraph 6, and 148 of Law No. 6,015 (Public Registry Law), the documents written in a foreign language, in order to produce effect before third parties and before the departments of the Federal Union, the States, the Federal District, the Territories and Municipalities or in any stage of jurisdiction, before any court or tribunal, shall be always translated and registered, together with their respective translations, with the Deeds and Documents Registry.

After certification of the signatures, it shall be mentioned in the very instrument of certification or in a document attached thereto, that the document, for producing effect in Brazil and to be effective against third parties, shall be translated into the vernacular and such translation shall be registered.

As regards documents produced abroad but written in Portuguese, the certification of the signatures apposed thereon by a notary and the pertinent consulate shall be necessary, as well as the registration of the document, accompanied by the official translation of the legalization, with the Deeds and Documents Registry.

Pursuant to article 157 of the Code of Civil Procedure and Abstract 259 of the Federal Supreme Court, “In order to produce effect before a court, any documents from abroad, certified by the pertinent consulate, do not need to be registered with the public registry”.

However, it is recommended that any document from abroad be accompanied by its official translation, registered with the Deeds and Documents Registry, and that the translator’s signature be certified.

Summarizing, for a document produced abroad in a foreign language to be effective in Brazil, it must be legalized in its original country, that is, to be certified by notary and consulate, translated into Portuguese by an Official Translator, whose signature shall be certified, and registered with the Deeds and Documents Registry.

It should be pointed out that the document produced abroad, even if failing to meet the requirements referred to above, shall be effective in Brazil before the parties who executed it. However, to produce effect against third parties and public entities, the compliance with the requirements listed above is indispensable. ■



Virginia Randmer é Sócia Executiva da **Global Translations.BR** www.globaltranslations.com.br

Virginia Randmer is Executive Partner of **Global Translations.BR** www.globaltranslations.com.br